



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

**RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO POSTO
AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
EM 28.07.2015**

Aos 28 dias do mês de julho de 2015, compareceu à sede do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004006-92.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Assistente-Chefe do Posto IVAN JOSÉ ZIMMER e pelos servidores lotados nesse Posto Avançado. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Unidade, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação do Posto Avançado: 15.06.2011

Data da última correição realizada: 04.09.2014

Jurisdição: Alto Feliz; Bom Princípio; Capela de Santana; Feliz; Linha Nova; São José do Hortêncio; São Sebastião do Caí; São Vendelino; Tupandi; Vale Real

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 28.07.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí pertencente às 38ª, 39ª, 40ª e 41ª circunscrições da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, conjuntamente com as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas do Trabalho de São Leopoldo. Cada uma dessas circunscrições é dotada de lotação de um Juiz Substituto.

2.1.2 Juizes Atuais e Juizes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

O Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí é atendido pelos Juízes Titulares e Substitutos lotados nas Varas do Foro Trabalhista de São Leopoldo (1ª, 2ª, 3ª e 4ª).

2.1.3 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

Os afastamentos dos Juízes que atuaram na Unidade podem ser observados nos relatórios de correição de suas respectivas Varas de lotação.

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados no Posto Avançado

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Ivan Jose Zimmer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente-Chefe de Posto (FC05)	08.06.2011
2	Marilise Schuh	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	21.06.2011
3	Ana Paula Victoria Giulian	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.04.2015
4	Gisela Osorio	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	29.10.2013
5	Helen Fernandes Policarpo	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	14.05.2015
6	Juliane Seifert Franzen	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	13.07.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 30.06.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
893 processos	751 a 1.000	6 servidores	9 a 10 servidores



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí está **abaixo** da quantidade prevista na referida norma.

Conforme Processo Administrativo 0005178-06.2014.5.04.0000, a unidade judiciária teve previsão de lotação aumentada para **8 servidores** (encontrando-se duas vagas em aberto para serem preenchidas), permanecendo, entretanto, ainda abaixo da lotação prevista na Resolução 63/2010 considerando a média trienal de 2012 a 2014.

Ressalta-se que, considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado.

A alteração na lotação do Posto Avançado de São Sebastião do Caí, em atendimento ao Provimento CGJT 02/2015, veio a ser efetivada em 27.07.2015. Posteriormente, portanto, ao período de levantamento dos dados para elaboração do relatório correcional prévio. Razão pela qual os dados ora apontados, referentes ao período correccionado, ainda discriminam a estrutura de pessoal aos moldes até então registrados.

E, conforme nova consulta realizada no sistema RH deste Regional, em 27.11.2015, constatou-se que a lotação no Posto Avançado diminuiu para **quatro** servidores, em vista da remoção de Helen Fernandes Policarpo, em 25.10.2015, para a 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, e de Ana Paula Victoria Giulian, em 15.11.2015, para a 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Ivan Jose Zimmer (desde)	Curso ou Evento	11 dias	15 dias
	Curso Parcial	4 dias	
Marilise Schuh	Curso ou Evento	11 dias	15 dias
	Curso Parcial	4 dias	
Ana Paula Victoria Giulian	Doença em Pessoa da Família	1 dia	1 dia
Gisela Osorio	Curso ou Evento	1 dia	9 dias
	Falecimento em Pessoa da Família	8 dias	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 30.06.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Anelisa Maristela Althaus	05.06.2013	16.03.2014	9 meses e 11 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga
2	Gustavo Matos Casagrande	06.05.2013	13.07.2014	1 ano, 2 meses e 7 dias	Lotação na 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo
3	Carlos Alberto Candido Teixeira	06.05.2014	25.01.2015	8 meses e 19 dias	Aposentadoria
4	Patricia Kraetzig Azevedo	17.12.2014	30.03.2015	3 meses e 13 dias	29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretário de Audiência (FC03)
5	Joyce Marla Molon	23.04.2015	10.05.2015	17 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
6	Lucas Todeschini Tonelo	11.05.2015	12.07.2015	2 meses e 01 dia	Lotação na Vara do Trabalho de Guaíba

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 30.06.2015)

2.2.5 Estagiários

Mediante consulta ao Sistema Recursos Humanos, em 30.06.2015, verificou-se a existência de vaga disponível para estagiário na Unidade Judiciária.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A capacitação dos Juízes que atuaram na Unidade pode ser observada nos relatórios de correição de suas respectivas Varas de lotação.

2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Ivan Jose Zimmer *	78,5 horas	8 horas	185 horas	271,5 horas
Marilise Schuh	84,5 horas	8 horas	186 horas	278,5 horas
Ana Paula Victoria Giulian	5 horas	-	95 horas	100 horas
Gisela Osorio	20 horas	8 horas	80 horas	108 horas
Helen Fernandes Policarpo	-	-	120 horas	120 horas
Juliane Seifert Franzen	-	-	15 horas	15 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 25.07.2015)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	695	759	9,21%	890	17,26%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	46	47	2,17%	34	-27,66%
Pendentes de finalização na fase de execução***	413	372	-9,93%	395	6,18%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	8	30	275,00%	55	83,33%
Total	1.162	1.208	3,96%	1.374	13,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

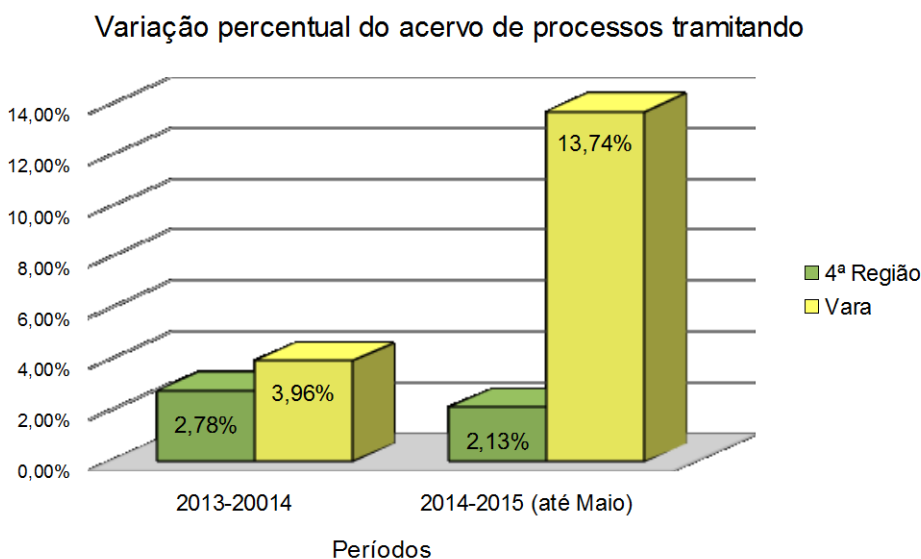
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o estoque de processos em tramitação na Unidade Judiciária apresentou ligeiro acréscimo, considerando o aumento de 46 processos, equivalente a +3,96%. Verificou-se diminuição no número de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

processos pendentes de finalização na fase de execução (-41 processos) e aumento nos processos pendentes de finalização nas fases de conhecimento (+64 processos), de liquidação (+1 processo) e de cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução (+22 cartas). No mesmo período, a 4ª Região apurou, em média, aumento de 2,78% no acervo de processos em tramitação.



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Casos novos	885	1.115	25,99%	485	-56,50%
Sentença Anulada/Reformada	4	1	-75,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	822	956	16,30%	368	-61,51%
Processos pendentes de solução	342	428	25,15%	535	25,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

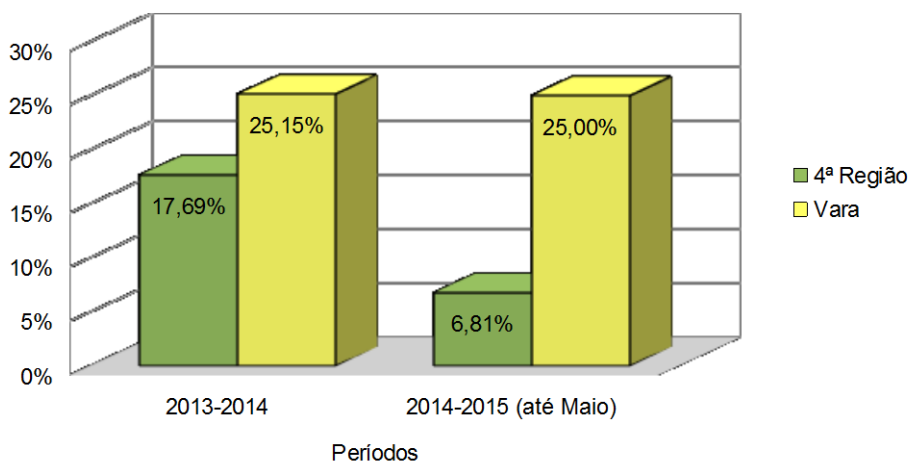
Em 2014, o estoque de processos pendentes da fase de conhecimento na Unidade Judiciária cresceu 25,15%, em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre do aumento de 25,99% no número de casos novos, associado à majoração de 16,30% no número de processos solucionados. No mesmo período, nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, o crescimento no número de processos pendentes da fase de



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

conhecimento foi de 17,69%, menor que o ocorrido na unidade correccionada, conforme apontado no gráfico a seguir.

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. Destaca-se a redução do número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, que passou de 39 processos em 2013 para 23 em 2014. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Aguardando 1ª sessão de audiência	104	197	89,42%	237	20,30%
Aguardando encerramento da instrução	172	185	7,56%	236	27,57%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	27	22	-18,52%	39	77,27%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	39	24	-38,46%	23	-4,17%
TOTAL	342	428	25,15%	535	25,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

Fase de conhecimento



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Cai	29,86%	34,43%	15,29%	59,69%	73,37%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	65,93%	48,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária aumentou de 29,86% em 2013 para 34,43% em 2014, permanecendo, ainda assim, abaixo do congestionamento médio do regional (de 44,33%).

3.2.3 Processos solucionados

Fase de conhecimento							
Solução		2013		2014		2015 (até maio)	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	508	61,8	573	59,94	238	64,67
	Julgado procedente	14	1,7	15	1,57	4	1,09
	Julgado procedente em parte	101	12,29	159	16,63	47	12,77
	Julgado improcedente	52	6,33	72	7,53	13	3,53
	Extinto	3	0,36	2	0,21	1	0,27
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	71	8,64	50	5,23	20	5,43
	Arquivamento (art. 844 CLT)	55	6,69	57	5,96	34	9,24
	Desistência	11	1,34	28	2,93	11	2,99
	Outras decisões	7	0,85	0	0	0	0
TOTAL		822	100	956	100	368	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

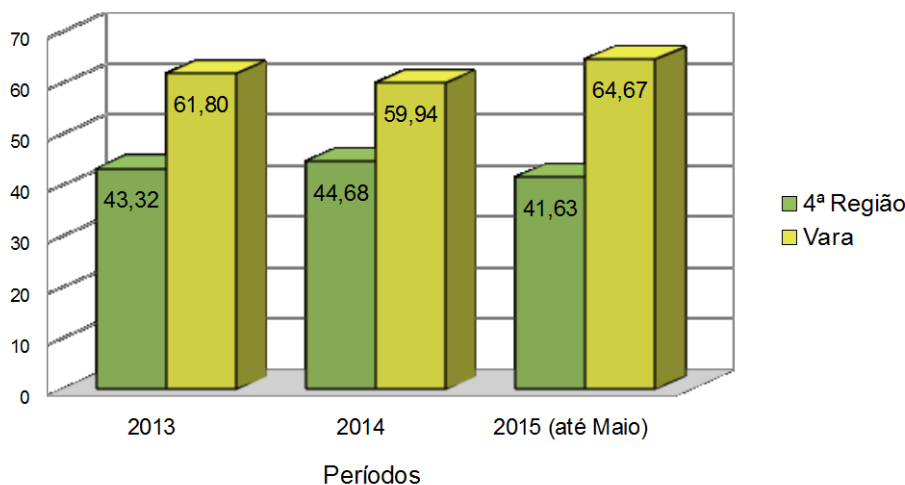
A Unidade Judiciária solucionou 134 processos a mais em 2014, na comparação com o ano anterior, refletindo acréscimo de 16,30%. No mesmo período, nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, o número de processos solucionados apresentou recuo médio de 2,67%.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Excluídas as homologações de acordo, verificou-se aumento de 45,88% no número de decisões com resolução de mérito, considerando que foram proferidas 107 decisões em 2013 e 248 em 2014, enquanto na 4ª Região aferiu-se redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Também houve aumento no número de acordos homologados, mas, em contrapartida, o percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados apresentou ligeiro recuo de 61,8% em 2013 para 59,94% em 2014, permanecendo, ainda assim, acima da média regional. Especificações no quadro abaixo.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Varição% 2013-2014	2015 (até maio)	Varição% 2014-2015 (até maio)
Iniciadas	89	103	15,73%	28	-72,82%
Encerradas	84	93	10,71%	39	-58,06%
Pendentes	43	36	-16,28%	24	-33,33%
Em Arquivo Provisório	4	0	-100,00%	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O estoque de processos pendentes na fase de liquidação na Unidade Judiciária recuou de 43 em 2013 para 36 em 2014, representando decréscimo de 16,28%. Este resultado reflete o aumento de 15,73% no número de liquidações iniciadas no ano de 2014, associado ao acréscimo de 10,71% no número de liquidações encerradas no período.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3.3.2 Taxa de congestionamento*

Fase de liquidação					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Cai	38,24%	36,30%	-5,06%	39,06%	7,61%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	62,42%	41,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 36,30% no ano de 2014, constatando-se redução de 5,06% em relação ao ano anterior. O índice da Unidade em 2014 permaneceu abaixo do congestionamento médio da 4ª Região, de 44,16%.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013- 2014	2015 (até maio)	Variação 2014- 2015 (até maio)
Entradas	Iniciadas	170	198	16,47%	59	-70,20%
	Desarquivadas para prosseguimento	1	5	400,00%	1	-80,00%
Saídas	Encerradas	176	125	-28,98%	50	-60,00%
	Arquivadas Provisoriamente	128	61	-52,34%	2	-96,72%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	2	8	300,00%	4	-50,00%
	Demais	218	205	-5,96%	226	10,24%
	Total	220	213	-3,18%	230	7,98%
Saldo no arquivo Provisório		174	148	-14,94%	146	-1,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária diminuiu em 3,18% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto o desempenho aferido na 4ª Região apresentou redução de 5,57%. Também houve aumento de 16,47% no número de execuções iniciadas na unidade correccionada. Ainda



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

assim, o estoque de execuções pendentes apresentou decréscimo de 3,18% em relação ao ano de 2013.

No mesmo período, na 4ª Região, verificou-se redução de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí	66,35%	70,10%	5,65%	81,62%	16,44%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	85,69%	21,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária aumentou de 66,35% em 2013 para 70,10% em 2014, aproximando-se do congestionamento médio regional de 70,81%.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí	69,55%	78,89%	13,42%	88,10%	11,68%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	91,84%	8,16%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 78,89% no ano de 2014, abaixo do congestionamento médio regional, de 84,91%.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)
Processos com inclusão de	0	0	-	0	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

devedor no BNDT					
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	0	0	-	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias.

A ausência de dados relativos ao BNDT na unidade, conforme se infere do quadro acima, se deve à impossibilidade atual do Sistema e-Gestão importar dados relacionados ao BNDT de processos eletrônicos (PJe), implantado no Posto de São Sebastião do Caí em 06.12.2012.

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até maio)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	30	27	9	60	39	19	10	22	18
Antecipações de tutela	8	15	52	3	30	17	0	18	19
Impugnações à sentença de liquidação	2	3	3	1	4	2	6	0	7
Embargos à execução	53	40	22	23	38	12	11	15	17
Embargos à arrematação	4	3	1	0	0	1	0	1	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	3	0	5	2	0	7	0	1	6
Total	100	88	92	89	111	58	27	57	68

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme se observa do quadro acima, em 2014 o número de incidentes processuais recebidos teve ligeira redução, na comparação com o ano anterior, passando de 100 para 89. Houve majoração no número de incidentes processuais julgados, de 88 para 111 e redução no número de pendentes, que passou de 92 em 2013 para 58 em 2014.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0010174-89.2012.5.04.0332	Em 08/10/2014 foi registrado protocolo de Embargos de Declaração pela reclamada. Em 22/10/2014 foi lançado no sistema decisão que indefere o requerido pela parte. Não houve registro no inFOR de julgamento dos Embargos de Declaração, permanecendo pendente o incidente junto ao e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0021464-67.2013.5.04.0332	Em 14/05/2014 o Município protocolou impugnação ao laudo pericial, nominando equivocadamente como "Impugnação à Sentença de Liquidação". Em 25/06/2014 houve registro de decisão que julgou líquida a condenação. Não houve registro de baixa (ainda que meramente formal) do incidente equivocadamente registrado, permanecendo este pendente junto ao e-Gestão.
0020533-61.2013.5.04.0333	Em 04/02/2014 foi protocolado no PJe Embargos à Execução pela reclamada. Em 17/02/2014 foi publicada decisão que não conheceu dos Embargos à Execução, por intempestivos. Na mesma data, foi lançado o andamento "Recebido(s) o(s) Embargos de DARLEI JOSÉ SCHENEIDER GRANJA sem efeito suspensivo". Considerando que não foi lançado andamento correto no PJe de baixa do incidente, permanece a pendência junto ao e-Gestão.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 01.07.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)					
	2013	2014	Variação%	2015	Variação%



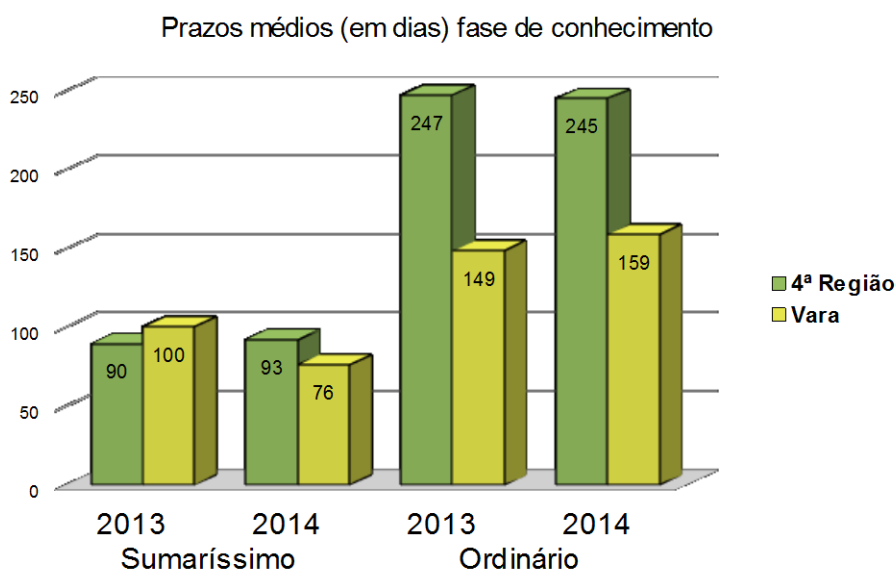
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

		2013-2014 (até maio)			2014-2015 (até maio)	
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	100,37	76,49	-23,79%	77,29	1,05%
	Ordinário	148,87	159,15	6,91%	175,84	10,49%
	Total	141,76	145,31	2,51%	162,18	11,61%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Em 2014, entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença decorreram, em média, 76,49 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 159,15 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento médio de 2,51% em relação a 2013.

O lapso de tramitação processual na fase de conhecimento na unidade correccionada mostrou-se mais célere que aquele aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, tanto nos processos de rito sumaríssimo, onde constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias, quanto nas ações ordinárias, onde aferido lapso de tramitação processual de 245,25 dias. Especificações no gráfico abaixo.



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)



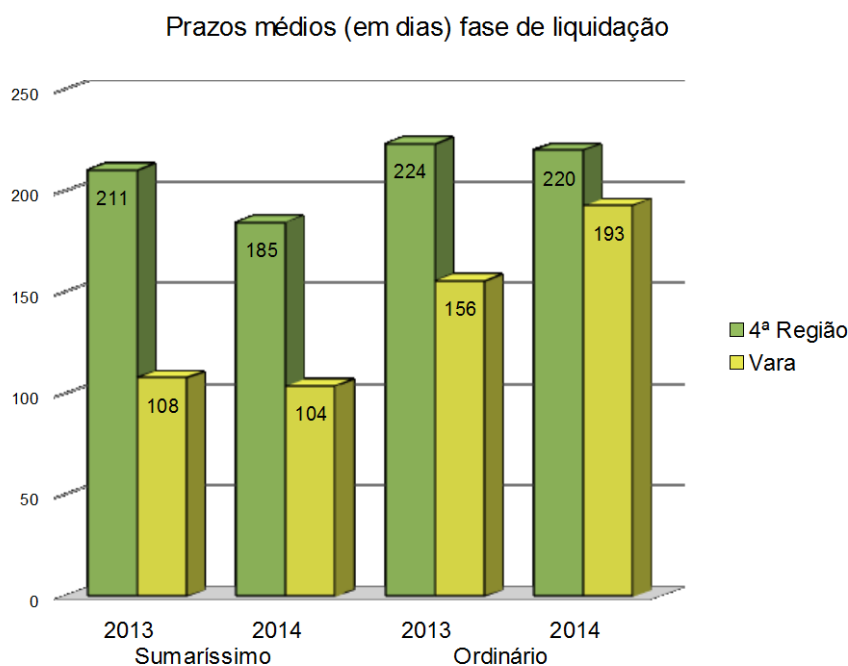
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	108	104	-3,70%	45,25	-56,49%
	Ordinário	155,96	192,81	23,63%	141,15	-26,80%
	Total	152,07	183,06	20,38%	131,05	-28,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, apresentou aumento médio de 20,38% em relação ao ano anterior. Nos processos de rito sumaríssimo foram consumidos, em média, 104 dias e nas ações ordinárias, 192,81 dias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária, comparado com o prazo médio aferido na 4ª Região, mostrou-se 43,72% e 12,40% mais célere nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015 (até maio)



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

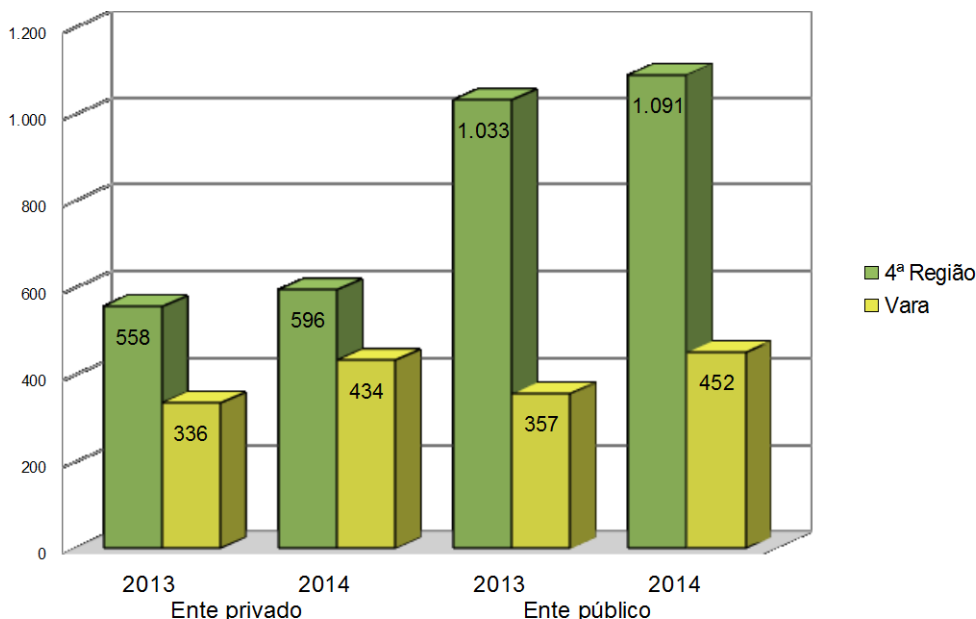
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	336,09	433,51	28,99%	776,80	79,19%
	Ente Público	356,83	452,20	26,73%	202,00	-55,33%
	Total	337,59	434,54	28,72%	749,43	72,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O prazo de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária aumentou 28,99% nos processos contra entes privados, passando para 434 dias e 26,73% nas ações contra entes públicos, passando para 452 dias.

Na comparação com o prazo médio da fase de execução das demais Unidades Judiciárias da 4ª Região vê-se que o do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Cai é 27,30% mais célere nos processos em que o executado é ente privado e 58,55% mais rápido quando o executado é ente público.

Prazo médio (em dias) fase execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.1.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
1.115	956	85,74%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
13	13	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
281	270	96,09%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

META 5/2014 CNJ		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	-3,84%	Meta não cumprida
Execução Fiscal	0	

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.05.2015	Solucionados até 31.05.2015	%	Resultado
485	368	75,88%	Período de apuração incompleto

5.2.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	312
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	7
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	281

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até maio)
102,6%	Meta já cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.2.3 - Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.05)	Execuções baixadas* em 2015 (até 31.05)	Grau de Cumprimento	Resultado



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

59	42	71,19%	Período de apuração incompleto
----	----	--------	--------------------------------

*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 31.05.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0
2º) Estado do Rio Grande do Sul	1	1	0
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0	0
4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	5	9	4
5º) União	9	3	8
6º) Oi S.A.	1	1	0
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	2	1	1
9º) Banco do Brasil S.A.	3	1	2
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	0	0	0

5.2.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

**META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015
PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO**



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 31.05	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	145,31	162,18	143,86	Período de apuração incompleto

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.05)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	508	573	540,5	238	546	Período de apuração incompleto
Média mensal de acordos	42,33	47,75	45,04	79,33	45,5	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

Na Unidade, as sessões de audiências são realizadas pelos oito magistrados que atuam no foro de São Leopoldo. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

Juiz	Turnos	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Valdete Souto Severo (pauta realizada uma vez por mês)	Manhã	-	-	-	5 (I) 2 (U) 5 (P)	-
	Tarde	-	-	-	5 (I) 5 (P)	-
Daniela Elisa Pastório (pauta uma vez por mês)	Manhã	-	-	5 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-
	Tarde	-	-	5 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-
Janaína Saraiva da Silva (pauta duas vezes por mês)	Manhã	-	-	-	-	-
	Tarde	6 (I) 1 (U) 3 (P)	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Aline Doral Stefani Fagundes (pauta duas vezes por mês)	Manhã	-	-	6 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-
	Tarde	-	-	-	-	-
Rosiul de Freitas Azambuja (pauta uma vez por mês)	Manhã	-	-	-	-	-
	Tarde	-	-	-	-	13 (I) 2 (U) 5 (P)
José Frederico Sanches Schulte (pauta uma vez por mês)	Manhã	-	-	-	-	-
	Tarde	-	8 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-	-
Jarbas Marcelo Reinicke (pauta duas vezes por mês)	Manhã	-	-	-	-	-
	Tarde	-	6 (I) 2 (U) 4 (P)	-	-	-
Sérgio Giacomini Pauta duas vezes por mês)	Manhã	-	-	-	-	-
	Tarde	-	-	5 (I) 1 (U) 3 (P)	-	-

(Fonte: Consulta ao Assistente-Chefe do Posto em 28.07.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

6.2 PAUTAS LIVRES

1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	Última data marcada		Próxima data livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	15.10.2015	30.09.2015	15.10.2015	30.09.2015
Una Sumaríssimo	15.10.2015	30.09.2015	15.10.2015	30.09.2015
Instrução	15.02.2016	27.01.2016	26.10.2015	09.12.2015

2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	Última data marcada		Próxima data livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	26.10.2015	07.10.2015	26.10.2014	07.10.2015
Una Sumaríssimo	26.10.2015	07.10.2015	26.10.2015	07.10.2015
Instrução	26.10.2015	07.10.2015	26.10.2015	04.11.2015

3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	Última data marcada		Próxima data livre	
-------------------------------------	---------------------	--	--------------------	--



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Leopoldo	J1	J2	J1	J2
Inicial	18.09.2015	22.09.2015	16.10.2015	22.09.2015
Una Sumaríssimo	18.09.2015	22.09.2015	16.10.2015	22.09.2015
Instrução	16.10.2015	13.10.2015	5.11.2015	13.10.2015

4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	Última data marcada		Próxima data livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	29.09.2015	21.10.2015	29.09.2015	21.10.2015
Una Sumaríssimo	29.09.2015	21.10.2015	29.09.2015	21.10.2015
Instrução	16.02.2016	25.11.2015	16.02.2016	25.11.2015

(Fonte: Livro Pauta - Consulta em 28.07.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	69,36	55,81	-19,54%	74,99	34,35%
	Ordinário	71,68	61,2	-14,63%	82,08	34,13%
	Total	71,51	60,37	-15,59%	81,11	34,37%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 07.07.2015)

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de 55,81 dias, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de 61,2 dias nas ações ordinárias, refletindo redução média total de 15,59%.

Há que se ressaltar a peculiaridade do Posto, atendido por 8 magistrados (4 Juízes titulares e 4 Juízes Substitutos lotados), o que inevitavelmente retarda a designação das audiências relativas à cada Juiz que se desloca ao posto de uma a duas vezes por mês.

Assim, e considerando que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada, e examinando o tópico de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, verifica-se que os prazos atendem ao que se tem por razoável para unidades com semelhante realidade.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 28.07.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas com variação do prazo de 55 a



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

198 dias, mostrando-se adequado à realidade do Posto Avançado, com volume processual semelhante ao de Vara de Trabalho e atuação de oito magistrados em regime de deslocamento.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas - 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Alcides Otto Flinkerbusch	32	17	10	0	59
Aline Doral Stefani Fagundes	10	6	1	1	18
Barbara Fagundes	7	3	1	0	11
Daniela Elisa Pastório	101	46	16	2	165
Eliseu Cardozo Barcellos	8	5	2	0	15
Janaína Saraiva da Silva	113	61	19	0	193
Jarbas Marcelo Reinicke	97	39	16	0	152
José Frederico Sanches Schulte	91	40	18	0	149
Luís Henrique Bisso Tatsch	80	30	14	1	125
Mateus Crocoli Lionzo	10	6	3	0	19
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	55	25	6	1	87
Patricia Zeilmann Costa	7	3	2	0	12
Rosiul de Freitas Azambuja	98	52	13	0	163
Sérgio Giacomini	83	47	15	0	145
TOTAL	792	380	136	5	1.313
Juiz	Audiências Realizadas - 2015				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Aline Doral Stefani Fagundes	34	19	4	0	57
Brbara Fagundes	6	3	0	0	9
Daniela Elisa Pastório	35	12	8	0	55
Janaína Saraiva da Silva	20	8	0	0	28
Jarbas Marcelo Reinicke	39	15	6	0	60
José Frederico Sanches Schulte	27	13	6	0	46
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	6	3	1	0	10
Rosiul de Freitas Azambuja	30	15	5	0	50
Sérgio Giacomini	41	12	5	0	58
Valdete Souto Severo	6	6	17	0	29



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	244	106	52	0	402
--------------	------------	------------	-----------	----------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados - 2014					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
Alcides Otto Flinkerbusch	26	23	0	49	10	59
Aline Doral Stefani Fagundes	8	0	0	8	2	10
Barbara Fagundes	5	0	0	5	-	5
Daniela Elisa Pastório	80	12	1	93	17	110
Eduardo Batista Vargas	-	1	0	1	-	1
Eliseu Cardozo Barcellos	4	3	0	7	1	8
Janaína Saraiva da Silva	90	40	0	130	20	150
Jarbas Marcelo Reinicke	66	26	0	92	13	105
José Frederico Sanches Schulte	55	27	1	83	15	98
Luís Henrique Bisso Tatsch	57	22	0	79	18	97
Mateus Crocoli Lionzo	10	3	0	13	2	15
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	36	15	0	51	7	58
Patricia Zeilmann Costa	4	3	0	7	1	8
Rosiul de Freitas Azambuja	67	35	0	102	18	120
Sérgio Giacomini	65	36	0	101	11	112
TOTAL	573	246	2	821	135	956
Magistrados	Solucionados - 2015					Total de processos solucionados
	Com Exame de Mérito			TOTAL	Sem Exame de Mérito	
	Conciliações	Julgados	Outras decisões			
Aline Doral Stefani Fagundes	33	6	0	39	12	51
Barbara Fagundes	3	0	0	3	-	3



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Daniela Elisa Pastório	36	12	0	48	7	55
Eliseu Cardozo Barcellos	-	1	0	1	-	1
Janaína Saraiva da Silva	23	9	0	32	5	37
Jarbas Marcelo Reinicke	30	11	1	42	10	52
José Frederico Sanches Schulte	28	5	0	33	6	39
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	6	3	0	9	1	10
Rosiul de Freitas Azambuja	30	8	0	38	9	47
Sérgio Giacomini	29	1	0	30	6	36
Valdete Souto Severo	20	8	0	28	9	37
TOTAL	238	64	1	303	65	368

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Bárbara Fagundes		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Data de Conclusão: 26.05.2015 0020159-33.2014.5.04.0261*		
Total: 1 processos		
Daniela Elisa Pastório		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 02.02.2015 0010234-65.2012.5.04.0331*	0010126-36.2012.5.04.0331*	0020937-84.2014.5.04.0331*
0021136-97.2014.5.04.0334*	0021247-81.2014.5.04.0334*	0020980-15.2014.5.04.0333*
0021797-85.2014.5.04.0331*	-	-
Incidentes Processuais da Execução		
Conclusão mais antiga: 13.02.2015 0010140-20.2012.5.04.0331*	0001771-08.2010.5.04.0331*	-
Embargos Declaratórios		
Conclusão mais antiga: 25.03.2015 0020723-87.2014.5.04.0333*	0021516-66.2013.5.04.0331*	0020088-06.2014.5.04.0334*
Total: 12 processos		
Janaína Saraiva Da Silva		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 04.02.2015 0021609-20.2013.5.04.0334*	0021730-14.2014.5.04.0334*	0021258-16.2014.5.04.0333*
0021788-17.2014.5.04.0334*	0021147-35.2014.5.04.0332*	0021350-94.2014.5.04.0332
Embargos Declaratórios		



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Data da Conclusão: 14.04.2015 0020745-45.2014.5.04.0334	-	-
Total: 7 processos		
José Frederico Sanches Schulte		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
Conclusão mais antiga: 11.03.2015 0021124-92.2014.5.04.0331	0021129-17.2014.5.04.0331	0021254-82.2014.5.04.0331
0020375-91.2014.5.04.0261	0021252-06.2014.5.04.0334	0021909-51.2014.5.04.0332
0020616-40.2014.5.04.0334		-
Total: 7 processos		

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 23.07.2015)

* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

7 ROTINAS DE SECRETARIA

Na secretaria do Posto Avançado de São Sebastião do Caí o trabalho, em relação aos processos físicos remanescentes é distribuído por tarefas.

O atendimento ao balcão é realizado por Juliane, que também efetua o recebimento das petições, o lançamento no sistema inFOR, a localização de autos e procede à lavratura dos termos de juntada.

A análise de petições e minuta de despachos do protocolo é atribuição de Ivan e Juliane, que também atuam na certificação do prazo. Os cumprimentos, como expedição de notificações, cartas precatórias, ofícios e alvarás incumbem à Juliane.

Os convênios são manejados por Ivan e Marilise.

Juliane é a responsável pelo recebimento e expedição de malotes e revisão de autos para o arquivo, com lançamento no sistema.

No período correccionado, houve a adesão de apenas um servidor ao movimento grevista entre 15.06.2015 e 22.07.2015.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Em dia.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Em dia.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Em dia.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Em dia.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Em dia.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção, 28.7.2015, estava sendo certificado, nos processos físicos, o prazo vencido em 24.07.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia.

7.8 CONVÊNIOS

Em dia.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia. Em face do reduzido número de processos físicos remanescentes, o arquivamento vem sendo realizado mensalmente.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 23.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com advogados com prazo vencido há mais de 10 dias.

7.10.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 23.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.

7.10.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	332-00012/15	0010056-16.2012.5.04.0332	16/06/2015	01 mês e 07 dias
2	332-00013/15	0010180-96.2012.5.04.0332	30/06/2015	23 dias
3	332-00016/15	0010032-85.2012.5.04.0332	07/07/2015	16 dias
4	333-00006/15	0010123-75.2012.5.04.0333	30/06/2015	23 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.07.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.06.2015, uma listagem contendo 100 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0001206-57.2012.5.04.0304
Fase: Execução. Aspectos formais: Nada a apontar. Movimentação processual: Despacho de 06.3.2014 (fl. 148) cumprido em 19.3.2014 (fl. 149); Despacho de 28.4.2015 (fl. 204) cumprido em 05.6.2015 (fl. 205).	
2	Processo nº 0010225-03.2012.5.04.0332
Fase: Execução. Aspectos formais. Não consta da capa dos autos certidão retificando a autuação, em cumprimento ao despacho da fl. 208; Documento de tamanho reduzido anexado à fl. 156-v não está numerado e rubricado, tampouco quantificado. Movimentação processual: nada a apontar.	
3	Processo nº 0010122-90.2012.5.04.0333
Fase: Execução. Aspectos formais: não foi lavrado o termo de juntada para a guia de depósito da fl. 209 e ofício da fl. 210. Movimentação processual. Nada a apontar.	
4	Processo nº 0010123-75.2012.5.04.0333
Fase: Execução. Aspectos formais: Desatendido procedimento correto para formação dos autos provisórios das fls. 236-7. Movimentação processual. Nada a apontar.	
5	Processo nº 0010056-16.2012.5.04.0332
Fase: Execução. Aspectos formais: Certidão de cálculo da fl. 259, datada de 04.12.2014, juntada antes do termo de conclusão da fl. 260, datado de 06.10.2014, não refletindo a real ordem cronológica dos atos processuais. Movimentação processual: Despacho de 21.10.2014 (fl. 260) cumprido em 04.12.2014 (fl. 259) e 09.12.2014 (fl. 261-2); Despacho de 28.4.2015 (fl. 276) cumprido em 27.5.2015 (fl. 277).	
6	Processo nº 010115-98.2012.5.04.0333
Fase: Execução. Aspectos formais: Nada a apontar. Movimentação processual. Autos do processo permaneceram em carga com procurador da parte autora de 25.8.2014 a 02.2.2015 (fl. 103) sem que a Secretaria providenciasse na cobrança; Despacho de 18.3.2015 (fl. 110) cumprido em 06.4.2015 (fl. 111) e 30.4.2015 (fl. 112).	
7	Processo nº 0010091-13.2011.5.04.0331



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Fase: Execução. **Aspectos formais:** Não foi certificado o decurso *in albis* do prazo fixado na notificação da fl. 142. Documentos de tamanho reduzido anexados às fls. 132 e 184-v, não estão numerados e rubricados. **Movimentação processual:** Despacho de 20.3.2014 (fl. 130), cumprido em 07.4.2014 (fl. 131); Despacho de 05.2.2015 (fl. 190) cumprido em 10.4.2015.

8 Processo nº 0010109-34.2011.5.04.0331

Fase: Execução. **Aspectos formais:** Nada a apontar. **Movimentação processual:** Despacho de 07.5.2014 (fl. 181) cumprido em 26.5.2014 (fl. 182).

9 Processo nº 0010121-14.2012.5.04.0331

Fase: Execução. **Aspectos formais:** não foi lavrado termo de juntada para a guia de fl. 153 e ofício de fl. 104. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

10 Processo nº 0010015-52.2012.5.04.0331

Fase: Execução encerrada. **Aspectos formais:** Nada a apontar. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 15 dias, extraída em 15.07.2015.

Prática	Exemplos
Demora no andamento processual ou registros desatualizados	0010125-48.2012.5.04.0332 0010089-40.2011.5.04.0332 0001374-40.2010.5.04.0333

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.



8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado no Posto Avançado em **06.12.2012**.

O trabalho na unidade foi dividido por carteiras (quatro carteiras, por final de numeração da Vara respectiva), que são de responsabilidade de Ana Paula, Gisela, Helen e Marilise.

Os respectivos titulares das carteiras efetuam a triagem inicial (que ocorre num período de até 48h) e designação de audiências, observando as datas disponibilizadas por cada magistrado.

A análise das petições e minuta de despachos do protocolo é realizada pelos titulares das carteiras, que também efetuam os cumprimentos respectivos, inclusive a expedição de alvarás, posteriormente conferido por Ivan.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, sendo a última no dia 24.07.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Assistente Chefe do Posto. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Processos c/petições avulsas	-	-	-	-
C/ habilitações não lidas	-	2		28.07.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	6	20950-43.2015	08.07.2015 (despacho determina a intimação da parte para manifestação acerca da antecipação da tutela pretendida)
C/petições não	-	14		Todos de 27 e 28.07.2015



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

apreciadas				
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	-
Pasta	Subpastas	Quantidade de processos	Mais antigo	Último Movimento
Aguardando cumprimento providência	Pastas organizadas por prazo semanal	87	<u>21492-95.2014</u> Todos os proces. dentro do prazo.	22.05.2015 (remetidos documentos, para setor próprio, para realização de perícia grafológica). Aguarda laudo desde então
Aguardando cumprimento providência exec.	Por prazo semanal Mais pastas por servidor e duas intituladas "Capilé"	40		Todos os processos dentro do prazo
Aguardando cumprimento liq	Por prazo mensal	7	<u>20209-43.2014</u>	27.07.2015 (decisão proferida)
Aguardando ciência	Organizado por prazo mensal e algumas tarefas específicas como aguardando Aviso de Recebimento	18	<u>20309-55.2015</u>	18.03.2015 (decurso do prazo) Falta revisar para arquivar definitivamente.
Aguardando ciência decisão-ConPra	-	02	-	Todos dentro do prazo
Aguardando prazo – ED	-	02	-	Todos dentro do prazo
Aguardando término dos prazos	Sem subpastas	228	<u>21059-63.2015</u>	15.07.2015 (decurso do prazo)
Análise de execução	Sem subpastas	17	<u>20160-30.2013</u>	24.07.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	-
Análise de sobrestamento	3 subpastas: - ET20756/15(332) -Proc.10102/11/333 - Prazo 07.09.2015	3		Todos no prazo
Controle manual	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

prazo pós sent.				
Designar audiências	-	-	-	-
Prazos vencidos	-	-	-	-
Preparar comunicação		9	-	Mais antigo de 24.07.2015
Recebimento de instância superior		1	<u>20526-32.2014</u>	27.07.2015
Triagem inicial		10	<u>21146.10.2015</u>	22.07.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correção)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, ótima organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer sorte, reiterou-se ao gestor a necessidade de manutenção do gerenciamento e da verificação constante dos agrupadores para controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT

O Posto Avançado de São Sebastião do Caí não necessitou do auxílio do SAT no período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Verificou-se que no Posto Avançado de São Sebastião do Caí, o número de servidores (6) está **abaixo** do previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 9 a 10).

Todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se participação média de 148 horas por servidor em treinamentos e eventos de capacitação.

No período correccionado, houve movimentação de 6 servidores, número importante, considerando que equivalente à própria lotação do Posto.

Verificou-se que não houve afastamentos significativos no período, sendo os mais relevantes de 15 dias para participação em cursos (Ivan e Marilise).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Também não houve adesão dos servidores da Unidade Judiciária aos movimentos grevistas ocorridos no ano de 2014. Com relação à greve deste ano, deu-se adesão de somente um servidor pelo período de 15.06.2015 a 22.07.2015.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, aumentou 3,96% em relação ao ano de 2013, alcançando 1.208 processos, enquanto na 4ª Região verificou-se crescimento médio de 2,78% do acervo de processos em tramitação.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a unidade aumentou 25,15% em 2014, na comparação com 2013, com acréscimo de 86 processos, ficando acima do aumento aferido na 4ª Região, de 17,69%. Ingressaram 1.115 casos novos na unidade em 2014. Ao final de 2014, verificou-se a existência de 24 processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 29,86% em 2013 para 34,43% em 2014 (aumento de 15,29%), permanecendo abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33% em 2014.

A Unidade Judiciária, em 2014, aumentou o número de processos solucionados, em comparação com o ano anterior, em 16,30%, enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) aumentou 45,88% na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Houve redução de 16,28% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária alcançou 36,30%, situando-se abaixo do congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 28,98% o número de execuções encerradas em 2014, em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. Ainda assim, o estoque de processos pendentes da fase de execução reduziu 3,18%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 70,10% em 2014 ficou próxima ao congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81% em 2014.

Em relação às Metas do CNJ, a Meta 1 de 2014 não foi atendida e a Meta 5 foi atingida parcialmente. As Metas 2 e 6 de 2014 e de 2015 foram cumpridas. Quanto às demais Metas de 2015, os dados parciais até 31.05.2015 não são suficientes para verificação de seu atingimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se aumento médio de 2,51% na fase de conhecimento, em 2014. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 76 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 159 dias. No mesmo



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 104 dias nos processos sumaríssimos e 193 dias nas ações ordinárias. No mesmo período, o prazo médio regional foi de 185 dias nas ações sumaríssimas, e de 220 dias nos processos ordinários. O prazo médio da unidade na fase de liquidação permanece abaixo da média regional.

No pertinente à fase de execução, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 434 dias, quando o executado é ente privado, e 452, dias quando a execução é contra ente público, prazos abaixo dos apurados nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se, ainda, que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, bem como o lapso médio em que realizadas as audiências de prosseguimento está adequado à realidade do Posto Avançado.

No pertinente aos processos eletrônicos, a designação de audiências iniciais observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e constatou-se que os processos vêm tendo movimentação regular e célere.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a unidade no período correccionado vem, como regra, atendendo aos prazos legais para prática dos atos processuais, o que deve ser elogiado.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5, a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos feitos, lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.1. (Meta CNJ 1 - 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1/2015, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que a Meta CNJ 1/2014, de igual conteúdo, já não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.1.1), e que



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

os dados parciais de 2015, colhidos até 31.05.2015, apontam tendência de manutenção do quadro.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 5 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 7 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

ITEM 5.2.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumentar, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média *do biênio 2013/2014*.”

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)

Recomenda-se que os prazos médios para a realização das audiências iniciais e de prosseguimento não ultrapasse os verificados na data da inspeção correcional (item 6.3 e 6.4), tidos por razoável para unidades com semelhante realidade.

ITEM 7.10.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC/2008.

ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda à certificação, na capa dos autos, da alteração, no curso da lide, dos dados que compõem a autuação, registrando no sistema



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- informatizado, vedada a utilização de traço, rasura e qualquer outro meio de sobreposição do termo anterior.
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
 - c) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, observando o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR/TRT;
 - d) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR;
 - e) sempre que recebidas petições e/ou documentos ou praticados atos processuais enquanto os autos estiverem fora de Secretaria, providencie a formação dos autos provisórios, observando o procedimento previsto no art. 105, §1º, da CPCR;
 - f) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

ITEM 9 (PJe-JT)

Recomenda-se:

- a) que a triagem inicial nos processos eletrônicos seja feita diariamente e que entre o ingresso da ação e o momento de designação de audiência inicial, observe-se o prazo máximo de sete dias.
- b) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento.

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- que a Unidade Judiciária, rotineiramente, proceda ao desfazimento, via doação a entidades e órgãos públicos, dos equipamentos e móveis que já não tenham serventia para a Unidade, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os servidores, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa unidade. Não houve, no entanto, comparecimento de interessados.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

O Assistente-Chefe do Posto deverá cientificar os servidores ali lotados das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Assistente-Chefe do Posto Ivan José Zimmer e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

CARMEN GONZALEZ
Vice-Corregedora Regional